



Câmara dos Deputados  
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Apresentação: 18/08/2021 10:39 - Mesa

RIC n.1046/2021

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021**  
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita informações ao Ministério da Economia sobre o potencial de aumento do Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes presente na proposta do governo para a reforma tributária.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. Ministério da Economia sobre o potencial de aumento do Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes presente na proposta do governo para a reforma tributária.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 168/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), subscrito pelo Deputado Kim Kataguirí, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 11/08/2021.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2021.

**Deputado Aureo Ribeiro**  
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro  
Brasília - DF - CEP 70.160-900  
Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.br/assim/assimato/comcamdeh/CD212484067600>  
Telefone: (61) 3216-6674/6673 – [ffc.decom@camara.leg.br](mailto:ffc.decom@camara.leg.br)





## ANEXO

### REQUERIMENTO Nº 168 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Solicita informações ao Ministério da Economia sobre o potencial de aumento do Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes presente na proposta do governo para a reforma tributária.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Economia sobre o potencial de aumento do Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes presente na proposta do governo para a reforma tributária.

## JUSTIFICAÇÃO

Em 29 de junho de 2021, a Folha de São Paulo<sup>1</sup> revelou que a Reforma pode aumentar Imposto de Renda de 2 milhões de contribuintes segundo um estudo do Observatório de Política Fiscal do FGV.

Após divulgação do estudo na terça-feira (29), o economista Manoel Pires, coordenador do observatório, informou nesta quarta-feira (30) que a previsão anterior estava superestimada e captava uma base maior de contribuintes.

Pires diz concordar com projeção feita pelos economistas Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, que apontaram uma possível elevação de imposto para 2 milhões de





contribuintes se a limitação da declaração simplificada for aprovada pelo Congresso. Atualmente, qualquer contribuinte pode optar por fazer a declaração simplificada. Nela, não há necessidade de incluir gastos que viabilizam deduções de imposto, porque há um desconto padrão e automático de 20% sobre a renda tributável. O limite atual desse desconto é de R\$ 16.754,34.

Pela proposta do governo, a declaração simplificada só será liberada para contribuintes com renda anual de até R\$ 40.000, um valor aproximado de três salários mínimos por mês.

O estudo da FGV, produzido pelos economistas Manoel Pires e Fábio Goto, pressupunha que todas as pessoas com renda de até R\$ 40.000 já declaram pelo modelo simplificado. Desse modo, usou dados da Receita Federal para estimar que a mudança aumentaria o imposto de 6,8 milhões de contribuintes.

Os pesquisadores da FGV também analisaram o aumento na faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 proposto pelo governo. Segundo eles, a atual faixa isenta de cobranças é de aproximadamente metade do que foi em 1995, considerando a variação da inflação no período.

O texto desenhado pelo time de Guedes deverá elevar a carga tributária para a maior parte das empresas. Isso porque a isenção sobre dividendos acabará, passando a incidir uma cobrança de 20% sobre sua distribuição a acionistas, afirmam os pesquisadores.

Ante o exposto, tendo em vista a necessidade de fiscalização e controle dos gastos públicos, faz-se necessário a busca de informações do Ministério da Economia sobre qual o impacto financeiro para os contribuintes caso a reforma tributária seja aprovada.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2021.

**Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)**

